
AS FRONTEIRAS DISCURSIVAS NA COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

DISCURSIVE FRONTIERS IN THE COLONIZATION AND OCCUPATION OF THE BRAZILIAN AMAZON

Leandro José do Nascimento¹

<https://orcid.org/0000-0002-4232-0710>

<http://lattes.cnpq.br/3460877534297270>

Boninne Monalliza Brun Moraes²

<https://orcid.org/0000-0003-0877-699X>

<http://lattes.cnpq.br/9737771465207029>

RESUMO: Este artigo propõe um gesto de leitura sobre a própria noção de fronteira, inserindo-a sob a ótica do discurso, de maneira que se situe como uma construção simbólica fruto de uma rede de sentidos ou efeitos de verdade que emanam do discurso e que constituem uma linha entre um dado lugar de significação para outro. Para trabalhar tal questão, a experiência discursiva da colonização e da ocupação da Amazônia brasileira é colocada em primeiro plano, com a observação das práticas discursivas idealizadas pelos empresários colonizadores que fundaram projetos de ocupação nesta região ainda na década de 1970. Por exemplo, a Gleba Celeste, empreendimento em Mato Grosso criado pelo empresário Enio Pipino. Conclui-se que a história da ocupação e do povoamento da Amazônia está marcada pela questão fronteira e, neste sentido, a própria Gleba Celeste adquire sentidos de uma fronteira discursiva.

Palavras-chave: Fronteira discursiva; Colonização da Amazônia; Gleba Celeste.

ABSTRACT: This article proposes a reading gesture on the very notion of border, inserting it from the perspective of discourse so that it is situated as a symbolic construction resulting from a network of meanings or effects of truth that emanate from the discourse and constitute a line between one given place of meaning to another. To observe this issue, the discursive experience of colonization and occupation of the Brazilian Amazon is placed in the foreground, with the observation of discursive practices idealized by colonizing entrepreneurs who founded occupation projects in this region in the 1970s. For example, Gleba Celeste, a project in Mato Grosso created by businessman Enio Pipino. It is concluded that the history of occupation and settlement in the Amazon is marked

¹ Jornalista, Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e mestre em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Professor no Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Tecnologia de Sinop (Faculdade FASTECH), em Sinop (MT), vinculado ao curso de Cinema e Mídias Digitais. E-mail: leandro.nascimentomt@gmail.com.

² Fonoaudióloga, Doutoranda no PPG em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Mestre em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Atualmente, é docente pela Faculdade FASIPE, em Sinop, nos cursos de pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional e no curso de Neuropsicologia. E-mail: boninnemonalliza@gmail.com

by the border issue and, in this sense, Gleba Celeste itself acquires meanings of a discursive frontier.

Keywords: Discursive frontier; Colonization of the Amazon; Gleba Celeste.

1. INTRODUÇÃO

No contexto da política de colonização da Amazônia brasileira, foi a partir da década de 1970 que a ocupação e o movimento migratório para a região passaram a ocorrer de maneira mais intensa, especialmente pela ação da iniciativa privada nas frentes de colonização com objetivo de criar polos econômicos e urbanos, fundar cidades e atrair migrantes. Essas operações foram fomentadas pela política de Estado brasileiro verificada no governo militar, quando incentivos econômicos concedidos às empresas impulsionaram a exploração naquele território.

Sob perspectiva dos colonizadores, inúmeros foram os registros sobre o trabalho de povoamento na Amazônia. Muitos, inclusive, fundamentaram a construção de acervos e bancos de dados com a finalidade de relatar incursões em meio à mata. Enio Pipino, empresário paulista e proprietário da Colonizadora Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP) descreveu, ainda em 1982, durante entrevista ao projeto Memória da Amazônia, do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS), o caso particular da Gleba Celeste, uma iniciativa que, nas palavras do próprio empresário, foi capaz de “modificar a marcha do homem em busca de novas aventuras”, “mudar o roteiro das migrações, encaminhando-os [migrantes] para o Norte de Mato Grosso”, mais precisamente às margens da BR-163, Cuiabá-Santarém. Na Gleba Celeste foram fundadas as cidades de Vera em 1972, Sinop e Santa Carmem em 1974, e Cláudia em 1978. Mais que um espaço geográfico ou físico, a Gleba Celeste moldou-se nos planos simbólico e discursivo a partir de um emaranhado de dizeres produzidos que significavam tanto a área quanto construía sua territorialidade.

O projeto de colonização Gleba Celeste é o ponto de partida para neste artigo se discutir a questão da fronteira, tomando-a como uma chave de interpretação. O que se pretende é observar um dos fenômenos ocorridos na Amazônia, em especial a colonização e a fundação de projetos de ocupação para recebimento de migrantes, mas

sob uma lógica distinta: a que repensa o próprio entendimento de fronteira, situando-a como uma construção simbólica fruto da rede de sentidos ou efeitos de verdade que emanam do discurso. O primeiro passo é compreender que a noção de discurso à qual se faz referência insere-se sob a ótica de Michel Foucault, para o qual está relacionada com a produção de enunciados que constituem diferentes e determinados sentidos em um dado momento sócio-histórico. Por enunciado, segundo Foucault (2008), compreenda-se uma função que perpassa as estruturas linguísticas de uma frase, ou proposição, de maneira com que lhe seja possível atribuir sentido ou mesmo um valor de verdade. O discurso então, na tessitura do filósofo, é compreendido como uma prática. Por sua vez, essas práticas discursivas vão criar sentidos que possuirão efeito de verdade.

Neste contexto, pode-se afirmar que a própria condição de existência da fronteira só se verifica porque é (re)afirmada no/pelo plano discursivo, o que lhe atribui movimento, sentidos, não sendo estática. Ou seja, a partir de um ou mais discursos proferidos e dos sentidos aderentes é que a noção de fronteira sofre mutações e um ou mais ambientes são configurados. Isto é, a ideia de fronteira física, com uma divisa ou obstáculo, cede espaço à noção de uma linha tênue entre um dado lugar de significação para outro, um elemento simbólico que materializa sentidos relacionados entre colonizador e migrante, entre a Gleba Celeste e a própria Amazônia, entre um ‘aqui’ que compreende tudo o que se insere dentro deste projeto de colonização a um outro ‘lá’ que situa, por exemplo, tudo o que é exterior à Gleba, como a floresta ainda não explorada e onde não se havia instituído o projeto colonizatório. Transpassar a barreira física pensa-se ser mais fácil do que transpor barreiras simbólicas porque as fronteiras simbólicas são materializadas na linguagem e ocorrem em lugares discursivos, construídos por um corpo simbólico, imaginário constituído pela linguagem (Moraes, 2018). Com a constituição dessa fronteira simbólica, tudo o que por ela está circunscrito irá significar de uma maneira, indicando existências singular e coletiva. De igual maneira, tudo o que externo à tal fronteira se situa, adquire outra significação.

Repensar a própria categoria fronteira requer a compreensão de, ao menos, três pontos cruciais. Primeiramente, essa é uma noção polissêmica, isso é, adquire um ou

mais sentidos em relação à perspectiva abordada (c.f. Cataia, 2008; Ratzel, 1980; Backheuser, 1952; Sturza e Tatsch, 2017). Tal qual observam Silva e Tourinho (2017, p. 97), “a fronteira não é apenas uma linha mapeada cartograficamente e descrita em seus marcos geodésicos com a finalidade de separar duas ou mais unidades espaciais”, ao contrário, transcende essa visão linear. Em segundo lugar, tratar da própria fronteira é promover um retorno a outras duas noções mais amplas, território e territorialidade, que proporcionam a instituição de espaços organizados, sejam em âmbito político-administrativo (física-concreta) ou simbólico. A fronteira, nesse sentido, nasce da necessidade de controle sobre o território (Cataia, 2008). Por fim, no terceiro ponto, tratar de fronteira é também reafirmá-la como uma criação do Estado-Nação, a partir da delimitação geográfica para a demarcação da homogeneidade e os mecanismos para se exercer a governabilidade. Na contemporaneidade, a fronteira ganha nova complexidade, visto que sua construção, bem como a produção do mundo social ao seu redor, se dá pela ordem de um ou mais discursos. Isso é, discursos que, tal qual afirma Fabrício (2006, p. 54), “configuram ambientes, produzem espaços”. A realidade, por conseguinte, “não é um dado; é um efeito, uma operação de práticas discursivas ‘ordenadoras’ do mundo social” e que produzem sentidos, como no caso deste estudo, sobre a própria existência da fronteira. Nessa direção, a linguagem tem um papel central na configuração dos problemas sociais e é preciso, mais do que nunca, criar inteligibilidade sobre tais questões (Moita Lopes, 2006).

Para se discutir a relação entre fronteira e discurso recorre-se ao acervo eletrônico do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS), que reúne uma série de entrevistas com empresários e diferentes atores que, direta ou indiretamente, estiveram ligados a frentes de colonização no Brasil. Todas compõem o projeto Memória da Amazônia e no qual se encontra o “Depoimento de Enio Pepino” (sic), uma produção de 53 minutos e 13 segundos de duração, disposta na coleção 001010MAM – “Memória da Amazônia”, na qual o empresário discorre sobre a instituição da Gleba Celeste, o processo sócio-histórico de ocupação da área sob influência da BR-163 ao Norte de Mato Grosso, bem como a operação realizada pelo grupo empresarial no sentido atrair e fixar o migrante. Nesse ínterim, frise-se que a entrevista não será analisada em sua

totalidade, pois realizou-se um recorte conforme o objetivo proposto no trabalho, versando sobre a compreensão da Gleba Celeste como uma fronteira discursiva.

2. ESTADO-NAÇÃO, TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FRONTEIRA

A percepção de Oliveira (2010, p. 241) de que “enquanto houver Estado-Nação, haverá fronteira” é o ponto de partida dessa discussão. Por Estado-Nação compreenda-se a forma de poder territorial instituída nas sociedades modernas a partir da revolução capitalista, podendo ser associado propriamente a uma sociedade político-territorial que se organiza e transfere a outrem não apenas a dominação econômica como forma de dominação, mas sua cultura e língua de superioridade como instrumento de dominação para se desenvolver e construir uma identidade nacional, convergindo em torno de uma imagem de unicidade (Bresser-Pereira, 2017; Heller; Mcelhinny, 2017) . Conforme pontua Santos (2001, p. 26), ao se observar a estrutura do Estado-Nação situam-se duas faces ambíguas sendo que, externamente, ele se porta como arauto “da diversidade cultural, da autenticidade da cultura nacional”, enquanto internamente tem promovido tanto a homogeneização quanto a uniformização, “esmagando a rica variedade de culturas locais existentes no território nacional, através do poder da polícia, do direito, do sistema educacional ou dos meios de comunicação social, e na maior parte das vezes por todos eles em conjunto”.

Bauman (2016) explica que a gênese do Estado-Nação se liga ao colapso do antigo regime (*ancien régime*) que se encontrava sob domínio dos senhores feudais donos de terras e pautado unicamente na exploração, sem que necessariamente fossem observados o modo de vida e os meios de sobrevivência daqueles produtores ligados ao sistema. Pressionado pelas situações de guerra, pelo próprio crescimento e renascimento das atividades comerciais, da população, de impostos e de doenças, o caos e a incerteza instauraram um sentimento sobre aquela sociedade e apenas a estruturação de um novo Estado moderno, por sua vez chamado de Estado-Nação, poderia propor “a substituição do caos e da incerteza por uma harmonia pré-desenhada e pela ordem planejada e controlada.” (Bauman, 2016, p. 20).

Para exercer efetivamente a estabilidade sobre o que se mostrava instável, o então Estado-Nação pressupunha interferência sobre todos os aspectos da vida humana, exercendo controle, administrando e regulamentando. Conforme Bauman (2016), ao menos dois princípios fundamentais ligam-se diretamente ao Estado-Nação, sendo, o primeiro, a ocorrência de demarcação de seus territórios e de fronteiras físicas, de modo a resguardá-las a partir um governo; e, segundo, a própria homogeneização dos grupos sociais que se encontram dentro do território, que ali encontrariam segurança para formar suas populações. Nessa seara, elencam Zolin-vesz, Santos e Cardoso (2019, p. 180), “nasce a relação de pertencimento entre cidadãos e território: o conceito de nação englobaria os cidadãos pertencentes a um mesmo território e os definiria como ‘nacionais’ em contraposição aos ‘não nacionais’”, ou, em outra perspectiva, aqueles que se inserem dentro das delimitações da fronteira e aqueles que estão à margem, situando-se externos a ela. Essa lógica pressupõe o próprio conceito de nacionalidade e que se constrói a partir da edificação de comunidades homogêneas que se encontram livres a quaisquer interferências, a não ser aquelas da organização geopolítica que lhes é própria, bem como fronteiras geográficas definidas, o que confirma a concepção de território vinculada à noção de Estado-Nação (Zolin-vesz; Santos; Cardoso, 2019).

A formação do estado nacional com a valorização da fronteira como elemento de demarcação parece confirmar os efeitos de sentidos de uma comunidade, um território, um Estado-Nação onde a língua e a identidade são valorizadas porque se encontram resguardadas. Em outros termos, território pressupõe poder, não apenas político, mas também simbólico, configurando espaços de vivência e fazendo com que sejam apropriados por determinados grupos (Haesbaert, 2004). Haesbaert (2004, p 1), ao descrever o processo de nascimento de um território, diz que ele “nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar)”, ou seja, tem a “ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar”. Entretanto, “por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação

(positiva) e a efetiva ‘apropriação’”. Em um paralelo com a Gleba Celeste, quem tem a possibilidade de dentro dela estar, tem o privilégio de encontrar em meio à floresta um local que proporciona a sobrevivência àquele que decidiu se aventurar na Amazônia. Ou seja, um território que exerce sua funcionalidade.

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista) (Haesbaert, 2004, p. 4).

A abrangência do território é ampla e envolve diferentes agentes, isso é, desde o Estado, que por sua vez demarcará as fronteiras de um país, de um espaço em geral, até, segundo explicam Silva e Tourinho (2017, p. 97-98), “a definição da abrangência espacial das organizações comunitárias de bairros, de conjuntos habitacionais, de ocupações etc.” Não distante de tal questão e em um paralelo com a presente pesquisa, a figura de outro agente também passa a ser considerada: a da empresa de colonização que instituiu o espaço da Gleba Celeste e demarcou discursivamente a significação acerca do empreendimento mediante a reprodução de um discurso que reproduz a lógica de Estado para se promover a colonização e incentivar a migração em direção à Amazônia brasileira. Nesse sentido, como argumenta Cataia (2008), as fronteiras são partes constituintes da configuração territorial e que, por esta razão, participam da integração do território.

Em verdade, todo território nacional é chamado a participar, pois é a nação (o Estado territorial + a sociedade civil), através dos mecanismos de poder de que dispõe (seja pela via legislativa – a Constituição e suas leis –, seja pela via orçamentária ou fiscal, ou ainda pelo exercício do planejamento), que exerce seu peso político sobre todas as parcelas do território nacional. (Cataia, 2008, p. 18-19).

Dessa maneira, é possível entender a ocupação da Amazônia incentivada pelo Estado tendo em sua estratégia a proposta de desenvolvimento da região, oferecendo

aos migrantes, especialmente aqueles do Sul brasileiro, condições de terreno fértil e melhora de vida, desafogando os desconfortos sociais que esta região estava passando. Questão essa que será abordada adiante, quando da discussão acerca do processo de colonização e a fundação de projetos com a finalidade de formarem núcleos urbanos.

Não distante à questão sobre a maneira como o território é compreendido, igualmente a forma como os sujeitos operam a terra, organizam-se nos ambientes e os dotam de significados, sem se deixar de serem incorporadas as dimensões políticas, econômicas e culturais, é que advém outra importante questão: a territorialidade, um conceito de múltiplas dimensões e que diz respeito a uma série de relações econômicas e culturais, estando ligado ao modo como sujeitos se organizam no espaço e a ele conferem sentidos (Haesbaert, 2004). Na cena teórica de Haesbaert (2004), a territorialidade se liga à dimensão simbólica que um território adquire, o que, por sua vez, faz com que seja possível existir territorialidade sem, no entanto, haver o território concreto e físico porque se está diante de um complexo com novas modalidades de organização territorial, a exemplo da Gleba Celeste aqui pesquisada e que constitui o cerne da próxima seção a ser abordada.

3. A FRONTEIRA DISCURSIVA CHAMADA GLEBA CELESTE

A história da ocupação e do povoamento da Amazônia está marcada pela questão fronteira. Fronteira que se define como um espaço de contato no qual línguas, culturas, nações, onde povos se encontram em um contínuo movimento de abrir, integrar, expandir, uma região onde se notam interações privilegiadas (Ferrari, 2014). Sturza (2006, p. 26), expõe que fronteira

[...] não significa apenas pela sua relação espacial, como o lugar que marca o limite entre territórios. Os limites cartográficos são referências simbólicas que significam a fronteira através de um marco físico, embora a vida da fronteira, o habitar a fronteira signifique, para quem nela vive muito mais, porque ela já se define em si mesma como um espaço de contato, um espaço em que se tocam culturas, etnias, línguas, nações.

Em tal perspectiva, o marco que significa a fronteira não se resume ao limite geofísico, às demarcações, bem como indicações espaciais da área, mas ao discurso sobre e acerca do empreendimento particular, de modo que os sentidos produzidos confirmam à própria condição de existência da Gleba Celeste como uma fronteira discursiva que distingue aquilo que é interior ao empreendimento daquilo que lhe é exterior (onde há tudo, uma cidade; onde não há nada, como a intocada floresta que continua existindo fora dos limites da área em questão). É nesse múltiplo espaço de contatos e interações que um ou mais sentidos vão sendo atribuídos de forma a contribuir para o surgimento daquilo que Nascimento e Tomé (2016, p. 30) designam como o “sujeito progressista na Gleba Celeste”, isso é, um conceito social novo para fundar o “indivíduo que ali se dirigia e que apresentava, como característica uma reunião de sentidos, entre eles o esmero ao trabalho, a dedicação com a família e com o próximo, a alegria de participar deste momento histórico”. Ao se estudar a localidade Gleba Celeste estuda-se a história das famílias migrantes, do próprio ato de colonização, do colonizador, situando o discurso como um mecanismo tanto para atrair a atenção e holofotes ao projeto quanto para designar a formação daquela sociedade de migrantes que, unida em torno de um ideal, busca atender ao chamado da nação: fazer-se ocupar, fazer-se desenvolver. Como explicam Nascimento e Tomé (2016, p. 30), a história “deste sujeito se confunde com a história do local, a história de ‘um’ se identifica com a de ‘outro’, e as suas memórias coincidem com as memórias de todos, porque ‘todos’ e ‘local’ são mais do que simples léxicos, são discursos.”

Enio Pipino em sua entrevista ao Museu da Imagem e do Som representa tanto a empresa quanto os moradores que à Gleba Celeste chegaram, a partir da referência aos episódios de ordem econômica, política e social em que se marca a posição da Gleba Celeste como um fator limitador para o sucesso daquele morador, de uma região como um todo. O dizer do colonizador é referência para o outro, e o deste outro para aquele, de maneira a formar, como elencam ainda Nascimento e Tomé (2016, p. 31), “um interminável corredor labiríntico.”

Sob a ótica da política brasileira de colonização praticada, especialmente a partir da década de 1970, a formação de cidades para fins de exploração agropecuária da terra

marcou época. O caráter econômico que se acentuou sobre a colonização tornou esse movimento um propulsor à expansão de capital, mão de obra e fez surgir projetos que, de um lado, impulsionaram o surgimento de novos centros urbanos, de outro, fomentou o processo migratório em torno desses (Tavares dos Santos, 1993). A partir de 1970, a política de colonização praticada na região da Amazônia brasileira, sob premissa da “doutrina da segurança” (Oliveira, 1983, p. 69) e incentivada por programas político-econômicos, acelerou os planos de interiorização e o deslocamento do efetivo humano em direção às terras pouco ou nada exploradas economicamente.

Concentrando a maior parte dos investimentos e projetos idealizados por empresas particulares, a região Norte de Mato Grosso recebeu diversos desses investimentos, entre eles a Gleba Celeste, criada em 645 mil hectares pelos empresários Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho. Conforme Nascimento e Zolin-vesz (2020), o modelo de colonização da Gleba Celeste convergia em torno de quatro ideais, considerados essenciais para que aquele empreendimento prosperasse. Deveria servir como instrumento para a produção de alimentos (1^a), a produção de energia carburante (2^a), a fixação do homem na região (3^a) e a distribuição da riqueza (4^a). Juntos, os quatro eixos operariam como uma alavanca ao desenvolvimento econômico. A trajetória da Gleba Celeste constitui-se como uma iniciativa de sucesso da colonização particular realizada por empresas privadas, a partir da compra de terras e a posterior venda para o sujeito migrante (Nascimento, 2018; Santos; 2011; Souza, 2006). O próprio êxito é atrelado à capacidade de, pelas palavras do próprio empresário Enio Pipino, reverter o fluxo migratório brasileiro, recuperando pessoas que se dirigiam a outros países da América Latina e as fazendo ocupar a região Norte mato-grossense (PIpino, 1982).

Enio Pipino, ao enunciar sobre a Gleba Celeste, quando de sua entrevista ao Museu da Imagem e do Som, em 1982, inclui um conjunto amplo de práticas discursivas que englobam relatos sobre as incursões em meio à mata, a estratégia de abertura da frente de colonização em Mato Grosso, o fomento à atividade econômica e de estímulo à agricultura e à indústria na área recém-aberta. Um emaranhado discursivo que ajudou a produzir uma visão sobre as experiências realizadas e vividas na região Norte desse Estado, a partir da perspectiva do empresário em diferentes esferas, por exemplo a

econômica, política, de exploração da terra, do social, da produção de conhecimento e da própria condição de haver ali um espaço discursivo que separa formas de ser porque se porta como uma zona de fronteira que delimita e separa o lá de um cá. A realidade (simbólica) construída dentro da fronteira pelo discurso compreende um efeito-realidade e que perpassa o concreto, o físico, estando presente no plano representativo e de sentidos.

Nesse sentido, ao se construir o sentido de a Gleba Celeste se portar tal qual uma fronteira discursiva, opera-se na perspectiva de um espaço formado e mantido por construções mentais imaginadas e compartilhadas, na qual a própria fronteira não se porta como uma demarcação física ou mesmo geográfica, mas resultado de uma rede de sentidos moldada historicamente em/por processos socioculturais. Essa fronteira construída à luz das narrativas e processos socioculturais também edifica uma identidade própria que incide sobre o grupo que em meio a ela (fronteira) está inserido: mais precisamente, os moradores da Gleba Celeste que são aqueles que vivenciarão essa própria fronteira formada. Logo, esse espaço simbólico denominado Gleba Celeste é oriundo então da convergência de fatores como a imaginação coletiva, narrativas históricas e discursos³.

No primeiro dos enunciados⁴ selecionados para a fase de observação, o empresário Enio Pipino discorre sobre a incursão em meio à zona de floresta ainda intocada, demarcando posição de um espaço divisor.

³ Operar nessa perspectiva e compreensão é oferecer um insight ao trabalho de Anderson (2008) e à obra "Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo", que realiza um estudo sobre o nacionalismo e a formação das sociedades modernas. Em seu trabalho, Anderson investiga o conceito de comunidades imaginadas, defendendo a tese de que as nações não se formam de maneira objetiva, mas sim e a partir de um constructo formado por narrativas compartilhadas e imaginação coletiva. Como afirma o autor, "mais que inventadas, as nações são imaginadas, no sentido de que fazem sentido para a alma e constituem objetos de desejos e projeções" (Anderson, 2008, p. 10). No contexto desse artigo, que discute a própria noção de fronteira, as ideias de Anderson (2008) são relevantes, pois, ao tratar como as nações são formadas, o autor contribui para a compreensão de como as fronteiras não correspondem a simples e únicas demarcações físicas ou geográficas, mas também produtos da imaginação coletiva, narrativas históricas e processos socioculturais.

⁴ Os excertos trazidos para a interpretação de dados são aqui nominados de enunciados, observados à luz da teoria de Foucault (2008).

Enunciado 01:

Nós começamos o nosso trabalho de pesquisa e estudo em 1972, nessa época nós entramos com 400 homens, na BR-163, estava apenas projetada, entramos com 400 homens, descemos o rio Verde depois subimos o Teles Pires até encontrar o rio Kaiabi, dali subimos pelo rio Kajabi e fizemos a implantação da primeira civilização. Floresta fechada, zero demográfico, ninguém, ninguém, ninguém (Pipino, 1982).

Quando marca posição de haver um espaço ainda intocado (Floresta fechada, zero demográfico, ninguém, ninguém, ninguém) o dizer de Enio Pipino institui um efeito-realidade por meio do qual sua prática direciona a atenção, o controle e produz um efeito de força. O empresário, ao se colocar em uma posição para enunciar, demarca a lógica de uma relação econômica-política com a área, traduzida à luz da concepção de um aparato administrativo por meio do qual gestou-se um projeto de colonização. Em outras palavras, discursivamente está-se operando na construção de um território (A Gleba) para depois constituir suas linhas (imaginárias). O território ao qual se alude é a Gleba Celeste, “primeira civilização” criada naquela região e destinada à atração de futuros moradores, bem como suas permanências.

A “implantação da primeira civilização” aponta para o propósito do grupo empresarial para com a Gleba Celeste, de modo que, pelo efeito de sentido que emana da prática discursiva, ela funcionaria como um elemento divisor, acentuando uma nova ordem de desenvolvimento àquela região onde, anteriormente, não se contava com “primeira civilização” por somente haver a “floresta fechada, zero demográfico, ninguém”. De acordo com o efeito de sentido que se apresenta, criar o projeto da Gleba Celeste seria a primeira etapa para se atender ao propósito da colonização particular, a exemplo de fixar, produzir e industrializar naquela área, convergindo com ideais do projeto de ocupação da Amazônia estabelecido pelo Governo Militar e cujos pilares estavam direcionados à ocupação, à fixação, à migração e às formas de sobrevivência. Logo, o dizer do empresário Enio Pipino se conecta aos sentidos do dizer também do aparelho de Estado. Assim, o espaço físico chamado Gleba Celeste, que acabara de nascer, já transcende a um outro espaço, o de sentidos, de significados, e no qual os

sujeitos vão se relacionar, incorporar, identificarem-se a esses sentidos de acordo com os contextos e circunstâncias que vivem.

Nos dois enunciados a seguir, Enio Pipino traz à cena o movimento de ocupação da Amazônia, a partir do migrante ideal que se buscava para a Gleba Celeste, isso é, para constituir este espaço territorial, sendo aquele aos quais se iria delegar o privilégio de usufruir do espaço, do território, inspirando identificação positiva e a sua efetiva apropriação (Haesbaert, 2004). Em seguida, Pipino situa o apoio governamental no fomento às políticas de estímulo à penetração na Amazônia, por meio da infraestrutura necessária para assegurar o acesso àquela região. Uma prática discursiva que se filia a outro dizer - ao discurso governamental e da política de Estado-, associando-se a elas, repetindo ou se transformando em outras formulações já-ditas em outro momento. Nesta perspectiva, a fronteira discursiva Gleba Celeste produz sentidos de ser esse um empreendimento como um lugar de interpelação de migrantes, situando as formas de se sobreviver em meio àquela aventura: estar dentro da área, estar exteriormente a ela.

Enunciado 2:

Então hoje nós estamos assim, assistindo a uma grande caminhada do homem de todo o Brasil para fazer ocupação da Amazônia que eu acho saudável, porque a nossa grande preocupação era que a Amazônia fosse ordenadamente ocupada e ela está sendo ocupada ordenadamente com gente de primeira grandeza, bons produtores, bons agricultores, homens ordeiros, populações orientadas (Pipino, 1982).

Enunciado 3:

Mas, nesta mesma ocasião, já vislumbrava grandes projetos nacionais voltados para a Amazônia e o governo já em termos mais práticos começou a esboçar as grandes estradas de penetração me chamando atenção dos brasileiros para que fossem também buscar nesta aventura nova a forma de poder sobreviver. Fomos conhecer o Mato Grosso (Pipino, 1982).

O dizer de Enio Pipino direciona a atenção para a Gleba Celeste, posicionando-a sócio-historicamente como uma fronteira onde “é” (possível de se ir, alocar bons moradores, ordeiros) e onde “não é” (sem ela, aquela aventura em meio à Amazônia

Norte-mato-grossense não seria possível) um espaço social com totalidades estruturadas discursivamente. A própria noção desse espaço como uma zona de fronteira se reafirma no discurso do colonizador quando o situa como apto à sobrevivência daqueles que se ‘aventuraram’ nessa terra, ou seja, homens de “primeira grandeza, bons produtores, bons agricultores, homens ordeiros e populações orientadas” e que também convergiam como os perfis ideais do migrante que se buscava para residir no projeto de colonização.

Ao se compreender o território como um espaço com limites estabelecidos por fronteiras que dispõem o ponto da exclusividade de apropriação e de uso, o discurso da colonização empresarial está diferenciando o “nós” (os incluídos, os integrantes do território, a exemplo dos “bons agricultores”, “homens ordeiros”, “populações orientadas”) e os “outros” (os que não pertencem ao território e que se encontram fora do grupo destacado na fala do empresário), produzindo sentidos de a Gleba Celeste como uma fronteira. Assim, o acesso ao espaço territorial da Gleba Celeste, com limites determinados de ocupação, utilização, administração e manejo, requer a necessidade de se estar inserido àquele ambiente, em seu interior.

Destarte aos enunciados apresentados, há de se notar o movimento de retorno a outros dizeres, anteriores ao do próprio colonizador, e nos quais situa-se a referência à política de Estado e programas governamentais para facilitar o acesso às regiões amazônicas por meio de estradas, por exemplo (“o governo já em termos mais práticos começou a esboçar as grandes estradas de penetração”). No acontecimento da fundação da Gleba Celeste, a prática discursiva de Enio Pipino, dessa forma, encontra-se filiada à uma memória de base governamental e que remonta aos planos de Estado e a estratégia de efetivar “‘pólos de desenvolvimento’, concentrando investimentos em determinadas regiões, susceptíveis de crescimento planejado, capazes de alavancar regiões vizinhas sob sua influência” (Moreno, 2005, p. 37). Assim sendo, pode-se afirmar que todo enunciado supõe outros enunciados, o que significa que um enunciado figura, portanto, em um ponto definido, com posição, função e papel determinados, em um jogo enunciativo no qual outros enunciados integram-se para compor o sentido e o valor de verdade. Como aponta Foucault (2008, p. 112), não há enunciado em geral, enunciado livre, “neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou

de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo” (Foucault, 2008, p. 112).

Os próximos três recortes que se colocam em seguida são vistos de forma relacionada por sua capacidade de fundarem sentidos sobre a Gleba Celeste como uma fronteira discursiva na qual se estabelecem marcos temporais entre o passado, quando não havia nada na floresta, e um presente (àquela ocasião) que alude a uma civilização implantada e que avançou para uma estrutura de sobrevivência com agricultura, indústrias, geração de riquezas a partir do trabalho de quem à Gleba Celeste chegou, ou seja, daqueles que se inserem dentro daquela fronteira.

Enunciado 4:

Veja você que nós estamos já exportando café de uma região que foi que nós começamos 1972, com zero democrático, sem nada, nada, nada, e posso chamar atenção de vocês hoje para uma coisa extraordinária, para conhecerem a força do trabalho desta gente que se implantou lá na Amazônia (Pipino, 1982).

Enunciado 5:

Posso chamar atenção de vocês hoje para uma coisa extraordinária, para conhecerem a força do trabalho desta gente que se implantou lá na Amazônia. O município de Sinop hoje é o sétimo em arrecadação entre as 61 exatarias de renda do Estado do Mato Grosso. Veja os senhores que tem exatoria lá com 200 anos de vida, e encontra uma com situação, com oito anos, superando as coletorias de 200 anos, porque existe uma população com vontade extraordinária de trabalhar e de produzir. Eram pequenos agricultores vindos de todas as regiões [...] (Pipino, 1982).

Enunciado 6:

Daí a razão porque nós nos preocupamos sempre porque a nossa sorte estava ligada à sorte também do sucesso agrícola dessas criaturas, e daí porque nós nos preocupamos e nos cercamos de todos esses fatores de segurança para que o homem pudesse produzir, criar e poder também fazer com que ele pudesse cumprir as suas obrigações com a empresa. Esses cuidados foram tomados e nós estamos muito felizes, satisfeitos com os resultados obtidos pelos levantamentos do censo. Os senhores podem ter certeza de que a ocupação está se fazendo extraordinariamente, estamos lá com 45.000 pessoas mais ou

menos fixadas, nós esperamos agora que com mais esta, dessa fixação desses homens se amplie cada vez mais (Pipino, 1982).

Nos enunciados anteriormente colocados para a interpretação, a emergência de uma nova “civilização” em meio à região de floresta no Norte de Mato Grosso fez surgir também uma sociedade organizada no interior daquele espaço denominado Gleba Celeste, isso é, encabeçada pelo migrante que, por meio de sua força de trabalho, atuou no sentido de cumprir com suas obrigações para com a empresa. Ao reafirmar a lógica da ‘implantação’, Enio Pipino marca posição de um ponto de vista epistêmico, asseverando um discurso que cria a fronteira, que edifica uma nova região, novas identidades, bem como as próprias relações de poder que se constituem na área específica. Em tal perspectiva, instituir uma classificação implica em produzir uma realidade moldada pela própria fronteira e por meio da qual será a inspiração para a maneira como se portar (imprimir força de trabalho para o sucesso de um projeto de colonização; vontade de trabalhar e de produzir, que sustentam o desenvolvimento econômico de uma área; o alcance e destaque dentre todas as exatarias de renda no Estado e Grosso; fixação cada vez maior). E essas diferenças, tais formas de pressupor uma realidade, só existem pelo surgimento de uma fronteira, instante em que se passa a ter consciência de tal questão, a exemplo do debate acerca da Gleba Celeste como uma fronteira de significação.

O relato do colonizador sobre a Gleba Celeste representada pelos indicadores econômicos da época (“Sinop como sétima em arrecadação em relação às exatarias de Mato Grosso”), o número de habitantes em pouco tempo de vida (“45 mil habitantes”), ao modo de se produzir, investir em agricultura (“esses fatores de segurança para que o homem pudesse produzir, criar e poder também fazer com que ele pudesse cumprir as suas obrigações com a empresa”), por exemplo, pressupõe o posicionamento de um empreendimento particular de colonização como um espaço fronteiro com limites estabelecidos, porém não fixos, que traduzem a própria identificação do migrante em relação a ele, bem como no sentido contrário. Pressupõe a própria questão da apropriação e do uso, distinguindo um ‘nós’ (os migrantes incluídos e que se inserem dentro da Gleba Celeste) e um ‘outro’ (que não faz parte daquele território e não

aproveita dos feitos advindos daquela colonização). É essa retomada de enunciados que proporciona a construção de sentidos sobre uma Gleba Celeste como fronteira discursiva, em uma constante tentativa de se firmar, de marcar posição na Amazônia, contribuindo para a construção discursiva sobre o modo como esse empreendimento pode ser entendido: muito mais que um aparato administrativo, mas de sentidos edificados pela reunião de um ou mais enunciados que vão surgir sempre quando da necessidade de se aludir ao advento da Gleba Celeste como legítimo ou verdadeiro em um tempo espaço pré-determinados.

4. PARA ALÉM DE UMA FRONTEIRA

Ao longo desse trabalho, buscou-se privilegiar uma perspectiva de estudo por meio da qual a noção de fronteira pudesse ser debatida sob outra ótica e que não aquela tão e unicamente dos domínios de áreas como sociologia, história, geografia, da geopolítica, além de muitas outras cujas sólidas contribuições moldaram alicerces para o campo das Ciências. Mais que interrogar ou mesmo desafiar uma ou outra compreensão forjada ao longo dos muitos anos de amadurecimento e debate intelectual, operando para a construção de uma visão redutora e que classifica entre ‘o mais antigo’ e ‘o mais novo’, o movimento realizado até o presente momento objetivou, fundamentalmente, compreender como a fronteira e o discurso também se articulam, de forma que por um mais dizeres, a própria fronteira adquire sentidos, existência. Não é a fronteira física, mas sim aquela simbólica dotada de sentidos que irá significar para um ou mais sujeitos e, como tal, será reproduzida sempre em dizeres outros, à medida com que cada sujeito se identifique com a formação discursiva que enuncia.

De forma a ilustrar este movimento, centrou-se a atenção sobre o movimento de colonização da Amazônia, a partir do exemplo em particular da Gleba Celeste, em Mato Grosso. Na perspectiva ora debatida, a própria Gleba adquiriu sentidos de uma fronteira discursiva de demarcação entre um interior e um exterior, um já existente de outro não existente. Por mais que as fronteiras físicas ou imaginárias erguidas sob a premissa episteme ocidental possam refletir sobre as ações mais variadas, instituindo crenças, comunidades, limites territoriais, sozinhas elas não vivem ou mesmo se sustentam. Sua

sobrevivência adquire e ganha impulso à luz do discurso em um contínuo processo de (re)tomadas. Em outras palavras, a fronteira não só se configura como um espaço de contatos, mas de sentidos, de modo que, como afirmam Sturza e Tatsch (2017, p. 85), aqueles sujeitos que “estão inseridos nestas comunidades fronteiriças se significam pelas línguas que escolhem enunciar. E esta escolha é política. Ela considera os interlocutores, os espaços de enunciação, as cenas em que uma ou outra língua produz maior ou menor efeito de sentido”. Nesse instante, optar-se-á por substituir a palavra língua por discurso, de modo que, parafraseando o entendimento das autoras, os sujeitos se significam pelos discursos que escolhem enunciar, considerando, de igual maneira, sempre o espaço no qual a enunciação é realizada para que a também identificação com um outro discurso, como aquele que funda a fronteira discursiva, possa sempre produzir efeito de sentido.

Compreender a Gleba Celeste como uma fronteira discursiva possibilita lançar um olhar sobre a própria história do negócio particular criado pela empresa Colonizadora Sinop, a partir de 1970, em uma área de mais de 600 mil hectares na região Norte de Mato Grosso; sobre a dinâmica de movimentação nesta área; sobre o contato entre diferentes migrantes, bem como das diferentes atribuições e responsabilidades assumidas pela colonizadora buscando a permanência do morador e a construção identitária com o espaço. Na perspectiva do discurso do empresário Enio Pipino, situar-se dentro da Gleba Celeste significa habitar a fronteira de um modo e usufruir de tudo o que aquele espaço tem a oferecer; por sua vez, estar fora daquela área funda sentidos de não aproveitamento, de se estar distante àquele empreendimento e não vivenciando as transformações econômicas, sociais e políticas que sobre ele incidem. Ao mesmo tempo, a fronteira discursiva constitui um universo de ambivalência, possuindo migrantes semelhantes e diferentes ao mesmo tempo que irão se aproximar ou distanciar, à medida que se identifiquem mais ou menos com os sentidos gerados no dizer da colonização e que sustenta o advento de uma fronteira discursiva.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

BACKHEUSER, E. **Curso de Geopolítica Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.

BAUMAN, Z. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política. **Lua Nova**, n.100, p.155-185, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-155185/100>. Acesso em: 26 out. 2021.

CATAIA, M. A. Fronteiras: Territórios em conflitos. Mimeo apresentado na mesa-redonda “Fronteiras: Territórios em Conflitos” do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG), apresentado em 23 de maio de 2008, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon.

Ferrari, M. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica**, [S.l.], v. 9, n. 10, p. 1-25, 2014. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161>.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004, Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em 21 set. 2021.

HELLER, M.; McELHINNY, B. **Language, capitalism, colonialism: towards a critical history**. Toronto: University of Toronto Press, 2017. p. 93-117.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como Linguista Aplicado. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006a. p. 13-44.

MORAES, B. M. B. **Fronteira Discursiva: o discurso escolar e familiar frente à materialidade do laudo de Transtorno do Espectro Autista**. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, Mato Grosso, 2018.

MORENO, Gislaene. Políticas e estratégias de ocupação. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. cap. 3. p. 34-51.

NASCIMENTO, L. J.; TOMÉ, C. L. A construção da imagem do sinopense como um sujeito de progresso nas páginas de “O Sinopeano” número 15, de 1980. In: Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários, 14., 2016, Sinop. **Anais [...]** Sinop: Unemat, 2016. p. 23-32.

NASCIMENTO, L. J. **(Re)ler o impresso Jornal Hoje: o discurso da construção de uma terra de progresso e oportunidade em Sinop-Mato Grosso**. 2018. 255 f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, Mato Grosso, 2018.

NASCIMENTO, L. J.; ZOLIN-VESZ, F. Marcha rumo à Amazônia: a relação criador/criatura no discurso de fundação da Gleba Celeste, em Mato Grosso. **Organon**, Porto Alegre, v. 35, n.

70, p. 1-17, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/103610>. Acesso em: 21 out. 2021.

OLIVEIRA, João Mariano de. **A Esperança vem na frente**: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop. 1983. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

OLIVEIRA, T. C. M. A lógica espacial do território fronteiriço: os casos das aglomerações de Ponta Porã, Pedro Juan Caballero, Ladário-Corumbá, Puerto Quijarro, Puerto Suarez. *In*: SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Mato Grosso do Sul sem fronteiras**: características e interações territoriais. Campo Grande: Sebrae, 2010. p. 239-255. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Estudos%20e%20Pesquisas/MS/SF%20Caracteristicas%20-%20BR,%20BO,%20PY.pdf>.

PIPINO, E. **Enio Pipino**: entrevista. [01 jul. 1982] Entrevistadores: José Carlos Pereira de Freitas, Bacilla Neto. São Paulo, SP, 1982. Gravação digital de áudio (53:13). Entrevista concedida ao Projeto Memória da Amazônia do Museu da Imagem e do Som.

SANTOS, L. F. **Raízes da História de Sinop**. Sinop: Midiograf, 2011.

SANTOS, B. S. Os processos de globalização. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** Porto: Afrontamento, 2001, p. 33-106.

SILVA, M. L.; TOURINHO, H. L. Z. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. *In*: Revista Brasileira de Gestão Urbana (**Brazilian Journal of Urban Management**), v. 9, n. 1, p. 96-109, jan./abr. 2017.

SOUZA, E. A. **Sinop**: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre a sua Colonização. Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2006.

STURZA, E. R. Vocabulário sul-rio-grandense: de instrumento linguístico à constituição de um discurso fundador. **Letras e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 18, p. 101-121, jul./dez. 2006.

STURZA, E. R.; TATSCH, J. A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 26, n. 53, p. 83-98, jan. 2017.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **Matuchos**: exclusão e luta – do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

ZOLIN-VESZ, F.; SILVA-SANTOS, A.; CARDOSO, M. C. ‘Minha pátria é minha língua’: a celebração do discurso monolíngue na revista Vogue. **Gragoatá**, v. 24, n. 48, p. 177-190, jan./abr. 2019.